

Sexualidade feminina e produção de sentido nas narrativas radiofônicas

Maria Inês Detsi de Andrade Santos

RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo sobre representações de gênero, focalizando a sexualidade feminina, através de uma pesquisa realizada junto a programas de rádio, de grande audiência no Ceará. Nas narrativas radiofônicas, tais representações provêm de uma pluralidade discursiva, ganhando contornos específicos quando traduzidas e “ressignificadas”, dando primazia a determinados modelos de feminilidade e masculinidade.

Palavras chave: sexualidade feminina, representações, narrativas radiofônicas

ABSTRACT

This research is about gender representations, focusing the female sexuality, done through qualitative research on radio phonic programs of great audience in the State of Ceará. In the radio phonic reports the gender representations come from a discursive plurality, gaining specific forms when they are translated, giving primacy to certain models of femininity and masculinity.

Keywords: gender, female sexuality, radio

RESUMEN

Este artículo tratase de un estudio acerca de las representaciones de género, teniendo en cuenta la sexualidad femenina, a través de una investigación junto a programas de radio de grande audiencia en Ceará. En la narración radiofónica, las representaciones reportan a una pluralidad discursiva, apuntando especificidades cuando traducidas, dando énfasis a determinados modelos de masculinidad y feminidad.

Palabras clave: género, sexualidad femenina, radio

Este artigo é fruto de um estudo que contempla temáticas relacionadas às representações de gênero no campo da sexualidade, através de uma pesquisa realizada junto a dois programas radiofônicos de grande audiência, principalmente no contexto das classes populares. Trata-se dos programas João Inácio Junior e Nas garras da patrulha, apresentados na cidade de Fortaleza e em outros municípios do Estado do Ceará.

Pretendo desenvolver uma discussão sobre como a sexualidade feminina tem sido abordada nos referidos programas, buscando relacionar este fato com determinados discursos sociais e sua apropriação pela mídia, enfatizando também a presença de determinadas matrizes culturais que, acionadas pela indústria cultural, fornecem elementos de ligação entre a cultura popular e a comunicação midiática.

Nos programas analisados, os temas e fatos apresentados são principalmente aqueles que relatam dramas existenciais e situações de transgressão, dando visibilidade a determinados universos sociodiscursivos, os quais estão relacionados, por sua vez, a certos modelos identitários de gênero. Há uma abundância de narrativas relacionadas à sexualidade e às práticas sexuais, cuja ênfase recai sobre o baixo corporal, focalizando os órgãos genitais e suas funções. Isso ocorre mediante a utilização de uma linguagem que lembra o estilo do “realismo grotesco”¹ com o uso de um vocabulário mais informal e mais íntimo e o emprego de palavras inconvenientes, grosseiras e obscenas, possibilitando descortinar uma certa maneira de conceber o sexo e as relações amorosas.

Sendo os gêneros discursivos presentes na mídia também “estratégias de antecipação das expectativas

do público”, que decorrem de um pacto simbólico entre a indústria da mídia e sua audiência, sua compreensão nos leva a analisar “a história dos gostos populares, dos prazeres privados, das relações familiares e sociais” reconstruindo a experiência “onde há tanto um ‘simulacro’, inventado a partir das imagens desenhadas pelos emissores, quanto uma referência a um ‘nós’ que recria uma sociabilidade onde se reconhecer.” (NATANSOHN, 2000, p. 47)

É, portanto, a partir de estudos sobre o universo sexual brasileiro que podemos encontrar respostas para a existência de determinadas representações e imagens produzidas e veiculadas no contexto da comunicação midiática. Em um estudo sobre a cultura sexual no Brasil contemporâneo, Parker (1991) aponta para a existência de três sistemas de referência que são utilizados pelos brasileiros na construção e interpretação de suas próprias experiências: o sistema de gênero, as prescrições de caráter religioso e a regulação do sexo pela ciência. Segundo ele, “os conceitos de gênero na cultura popular, a renúncia à carne na ideologia religiosa e a interrogação de desejos perigosos no moderno pensamento científico e médico” são elementos que servem de referência para as práticas sexuais as quais, por sua vez, dividem-se entre aquelas permitidas e aquelas proibidas. No entanto, essa proibição não é rígida visto que a possibilidade de transgressão não só é admitida, como “altamente valorizada”. Para o autor, a corrosão privada das normas públicas exerce papel importante na constituição das práticas eróticas significativas na vida brasileira, relativizando categorias e classificações, de um sistema de significados eróticos que focaliza as transações sexuais mais como uma “realização do desejo na obtenção do prazer e da paixão”

do que como expressão da hierarquia social ou de uma verdade íntima. E, nessa busca, são as práticas sexuais consideradas como pecado ou proibição, no mundo público, as mais enfatizadas. Para Parker, esse “universo alternativo de experiência sexual” se concretiza não apenas nas próprias práticas eróticas mas também “na linguagem e nas formas de festas populares que os brasileiros usam para brincar com as definições sexuais, nas histórias que contam uns aos outros sobre si próprios como seres sensuais” (1990, p. 17-18)

Este universo simbólico ao qual se refere Parker, também se faz presente nos programas radiofônicos, permitindo vislumbrar os sistemas de referência citados pelo autor, seja por meio de informes científicos, ou em relatos que fazem uso do cômico.

Os temas relacionados à sexualidade são abordados tanto de forma “séria”, principalmente quando tratam-se de fornecer informações colhidas em publicações que anunciam “descobertas científicas”, como de forma jocosa, de estilo grotesco, presente nos relatos sobre sedução e sobre práticas pouco convencionais, nas piadas e nas expressões lingüísticas. Já as histórias sobre violência sexual tanto podem ser focalizadas numa dimensão cômica, como de forma melodramática.

O sexo é concebido como da ordem da natureza. Algo proveniente do “instinto humano”, que existe tanto em função da procriação como do prazer. Prevalece também a idéia de que o sexo manifesta-se de acordo com a idade biológica, sendo esta compreendida, por sua vez, de forma substantiva e autônoma, como um elemento objetivo que se impõe à subjetividade, constringendo os sujeitos e determinando o seu comportamento.

Em um dos programas João Inácio Junior, o locutor enfatiza a importância do sexo na reprodução da vida:

- Se não existisse o sexo, nem eu nem você [ouvinte] existiríamos(...) Sem o sexo os animais também não se reproduziriam(...) Até as plantas têm sexo, vocês sabiam?...Então é preciso que haja o sexo para que haja vida(...) Além disso, existe também um fator muito importante que é o fator do prazer sexual..

O “sexo para procriar” raramente é mencionado nos programas e, quando isso ocorre, é apresentado como um ato que envolve responsabilidade e que deve ser praticado por adultos: “- É preciso que exista o sexo...bonito, responsável, entre pessoas adultas, para que a vida continue na Terra...” No caso das mulheres, não apenas é preciso que sejam adultas, mas também, de preferência, que estejam casadas: “- cada dia que passa mais mocinhas ficam grávidas no Brasil. Por exemplo, mocinha de 14 anos ficar grávida? Sem estar casada? É uma loucura!...”

Prevalece também a visão de que na adolescência a sexualidade se exacerba de tal forma, que se torna incontrolável: “- A menina quando está com 13, 14, 15 anos começa logo a coçar. É uma coceira medonha. Um fogo medoim! Aí, meu filho, não tem mais jeito, não tem pai que segure!”

Referindo-se a questões relacionadas à sexualidade das mulheres brasileiras, Parker (1991, p.93-94) descreve as estratégias que são utilizadas com vistas à preservação da virgindade feminina, afirmando que o contato das garotas com os rapazes é controlado de forma permanente e, mesmo que o namoro ocorra numa idade relativamente precoce, acontece sob o olhar vigilante dos adultos. “A delimitação da atividade sexual

da mulher é aceita por rapazes e moças como a ordem natural das coisas, a única alternativa possível.”

Nos programas analisados, há muitos relatos que mostram uma diferenciação na abordagem da sexualidade, em relação ao gênero. Assim, no que diz respeito aos adolescentes homens, é mais comum a menção de relatos sobre a masturbação ou de passagens em que os adultos afirmam a importância de se introduzir os meninos na vida sexual desde cedo, como forma de ficarem “muito machos”.

Citada com frequência, principalmente quando o assunto diz respeito à adolescência ou aos homens adultos, a masturbação não aparece em nenhum relato como uma prática perniciosa, proibida ou indecente. No entanto, apesar de não ser considerada proibida para as mulheres, raramente relaciona-se a masturbação à sexualidade feminina. Um dos poucos exemplos a fornecer seria a observação feita pelo locutor sobre as meninas, na qual a palavra coçar: “- É uma coceira medonha!” poderia estar sendo usada não apenas para significar desejo, como geralmente o termo costuma ser empregado, mas também para referir-se à masturbação na mulher.

As representações sobre a sexualidade nas mulheres adultas aparecem, no discurso dos programas radiofônicos analisados, com pontos de vista diferentes e contraditórios, ora afirmando serem as mulheres fogosas e desejantes sexualmente, ora apresentando-as como desinteressadas em sexo ou com dificuldade de sentir prazer.

A imagem da mulher com “problemas” sexuais aparece geralmente relacionada a estudos ditos “científicos”, compilados em jornais, revistas ou na internet e citados pelos locutores. Em um dos programas João Inácio Jun-

ior, o locutor informa sobre o lançamento de um medicamento “para fazer as mulheres frias ficarem quentes...”. A frieza feminina é vista, no caso, como uma deficiência que acomete parte das mulheres e que pode ser resolvida à base da medicação. A dificuldade da mulher em sentir prazer sexual é tratada como uma questão ontológica, sendo raramente apresentada como um fator que envolve as relações de gênero e que pode estar relacionada a aspectos de ordem cultural e histórica.

Há também a concepção de que a frieza feminina pode ser adquirida quando a mulher é submetida a uma cirurgia em que o útero e/ou o ovário são retirados (a histerectomia, no caso do útero, e a ovariectomia, no caso dos ovários). Em outro programa, o locutor comenta que a mulher de um cantor famoso havia tirado o útero e o ovário, ficando “fria” após a operação cirúrgica. Tal visão parece estar relacionada à concepção médica que predominou no Ocidente, no século XIX, segundo a qual os órgãos reprodutores femininos eram compreendidos como elementos definidores da feminilidade, exercendo um domínio quase completo sobre o corpo e o comportamento da mulher. Embora não faça mais parte do discurso médico atual, ela permanece nos grupos populares, evidenciando uma certa autonomia daqueles grupos, em relação aos grupos dominantes, no que se refere a modos de significação. Para Leal (1995, p. 15-16), a compreensão desse fato nos leva a considerar a noção de matrizes culturais como “mediações capazes de ressemantizar e reordenar elementos culturais tornados coerentes a partir de um referencial englobante, norteador de práticas cotidianas, que envolve uma visão de mundo e todo um sistema de representações do corpo.”

A preocupação com o prazer sexual feminino tem, segundo Laqueur (1994), variado de importância para a medicina, ao longo da história ocidental, aparecendo ou desaparecendo do discurso médico, em razão de fatores de ordem cultural e política. Analisando o discurso médico, a partir da antiguidade, o autor afirma que, até finais do século XVIII, o orgasmo era considerado, tanto na visão popular como na concepção médica, como propriedade comum a homens e mulheres, sendo imprescindível para a fecundação. No século XVII, manuais para parteiras prescreviam regras para engravidar “de primeira”, sendo o orgasmo feminino considerado como um dos requisitos básicos para uma boa fecundação, já que conforme essa visão, acreditava-se que para haver a concepção, era necessário que houvesse a participação feminina, por meio da ejaculação de um líquido seminal que a mulher possuía.

Essa visão encontrava-se respaldada num modelo anatômico isomórfico que interpretava os corpos masculino e feminino a partir de um único referencial, construído com base na percepção que se tinha do corpo masculino. A mulher, nesse enfoque, era concebida como “um homem às avessas” possuindo, internamente, aquilo que o homem possuía externamente. A maior visibilidade dos genitais e órgãos reprodutores masculinos era interpretada como resultado de um processo evolutivo logrado com êxito pelo homem. No caso da mulher, considerava-se que seus genitais e órgãos reprodutores teriam ficado retidos no interior do corpo, em razão de pouca energia vital, sendo o corpo feminino considerado uma versão inferior e imperfeita do corpo masculino. Os órgãos femininos, segundo os anatomistas do século

XVII, correspondiam aos órgãos masculinos tanto no que diz respeito à localização quanto à função desempenhada, sendo ambos designados com a mesma nomenclatura utilizada para designar os órgãos masculinos. Dessa forma, os ovários, eram testículos femininos; os lábios, o prepúcio; o útero, o saco escrotal e a vagina, um pênis invertido. Essa visão nos remete a uma matéria apresentada no Programa João Inácio Junior, na qual apresenta-se o resultado de uma pesquisa que afirma ser o clitóris muito maior do que se apresenta externamente (segundo o locutor, dez vezes maior). Nesse caso, é o clitóris que aparece como um equivalente do pênis, tanto no tamanho quanto na capacidade de ereção.

Voltando ao modelo do sexo único, descrito por Laqueur, neste “o orgasmo era um orgasmo num corpo de uma só carne...” Ambos – homem e mulher experimentavam desejo e ereção. (LAQUEUR, 1994). Dessa forma, apesar de ser a mulher concebida como versão inferior e invertida do homem, até o século XVIII, lhe era atribuída uma capacidade de realização sexual. Essa representação estava, porém, ligada à idéia de que a mulher era mais libidinosa do que o homem, por ser, em geral, moral e fisicamente mais débil do que ele. Sendo assim, a prática sexual era tida como benéfica para a saúde da mulher.

A partir do século XIX, ocorrerá, porém, um processo de “apagamento do orgasmo feminino” dos informes médicos, fato que, para Laqueur, está relacionado com o desenvolvimento das ciências, quando um maior conhecimento do ciclo feminino e do processo reprodutivo possibilitou a constatação de que a

fecundação poderia ocorrer em situações nas quais o orgasmo feminino parecia estar ausente, como nos casos de estupro ou de relações sexuais em que a mulher se encontrava num estado de inconsciência.

Ao final do Iluminismo, a ciência deixa de considerar o orgasmo feminino relevante para as mulheres e para a concepção, passando estas a serem descritas, nos tratados médicos do século XIX, como criaturas “cuja vida reprodutiva completa podia transcorrer insensível aos prazeres da carne.”

A construção dessa visão ocorrerá, segundo Laqueur, na mesma época em que o modelo de um só sexo cede lugar para o modelo através do qual se afirma o dimorfismo sexual, em que os órgãos sexuais são concebidos como possuindo, cada um, uma natureza distinta. Nesse modelo, os corpos masculino e feminino passam a ser concebidos como acabados e encerrados em sua individualidade própria, tornando-se incomensuráveis, em razão de serem compreendidos como radicalmente diferentes. A hierarquia, porém, permanece, justificada agora não mais pela anatomia, mas por uma “verdade biológica” que podia ser detectada desde as células.

Ainda que o discurso médico estivesse com razão, ao desvincular o orgasmo feminino da fecundação, essa “verdade biológica” vai coincidir com outras demandas culturais e sociais por intermédio das quais se processará a uma minimização dos direitos das mulheres ao prazer sexual. Tais demandas estão relacionadas com a implantação de uma nova ordem social, na qual as relações e representações de gênero serão redefinidas, exigindo de homens e de mulheres uma nova postura diante da vida.

Segundo Jagoe (1998), a partir do desenvolvimento do capitalismo, a condição feminina passa a ser motivo de crescente interesse, sendo estudada e debatida não só pelos médicos, mas também por intelectuais, pedagogos e moralistas, contribuindo para a formação de uma noção de feminilidade sintetizada pela expressão “anjo do lar”, na forma de um conjunto de representações nas quais se valoriza a mulher caridosa, prestativa e generosa. Além da domesticidade e da abnegação, da capacidade infinita para o perdão, a nova ortodoxia valorizava, como ponto supremo, a pureza sexual da mulher, afirmando sua natureza casta, em virtude da falta de desejo erótico. Essa visão irá contrapor-se à retórica misógina, de origem aristotélica, que havia sido, desde a antiguidade, a base de todo pensamento sobre a mulher.

A nova concepção de feminilidade construiu-se, segundo a autora, a partir de uma preocupação da burguesia em moralizar a família. A moralidade, a virtude e o dever favoreciam o desenvolvimento do capitalismo, à medida em que substituíam normas de conduta impostas por forças externas, por outras internalizadas, por meio da atuação feminina no lar.

A moral burguesa associava a mulher à subjetividade, ao coração, às emoções, ao mimetismo e ao amor altruísta. Já ao homem, atribuía-lhe a razão, a objetividade, a cabeça, a criatividade, a agressividade e a ambição. No que tange à sexualidade, predominava a idéia de que o desejo sexual era intrínseco ao homem. Nos discursos do século XIX, atribuía-se às “exigências da natureza” os impulsos sexuais masculinos e a obrigação de demonstrá-los com voracidade, de tal forma, que o homem via-se praticamente

condicionado a perceber essa vontade como algo inerente à sua personalidade, devendo ser o iniciador ativo da relação sexual. (REYERO, 1996, p. 78)

A moral burguesa, porém, era contraditória. Se por um lado valorizava a imagem do homem hiperssexualado, por outro, propunha a temperança sexual, principalmente no casamento, onde a sexualidade deveria estar a serviço da procriação. O refreamento das paixões viris chocava-se, assim, com o modelo de masculinidade no qual a potência sexual era a pedra angular. A resolução desse dilema dava-se por meio da permissão velada para o exercício da sexualidade com base numa dupla moral, cabendo às prostitutas saciar a fome dos senhores aparentemente contidos e recatados.

No discurso burguês, prevalece, assim, uma imagem de homem austero e contido (na aparência), honrado e respeitável, que conquista o espaço público pelo trabalho e pela vida mundana, que é também chefe de família e seu provedor material e que recebe, como companheira, a mulher “anjo do lar”, pouco afeita ao sexo, dedicada à casa, zelosa e responsável pela moral e afetos familiares.

Voltando aos programas de rádio analisados, podemos constatar que os modelos burgueses de feminilidade e de masculinidade estão presentes apenas parcialmente. No caso das representações sobre a sexualidade feminina, a imagem da mulher fria ou com problemas sexuais (mais adequada ao modelo de “anjo do lar”) é posta em cena com matérias que se respaldam no discurso científico. Porém, não é esse o modelo que prevalece no universo discursivo dos programas. É a figura da mulher “quente”, insaciável e exigente com relação à performance sexual masculina, aquela que predomina nos

relatos sobre fatos do cotidiano ou nas histórias de cunho ficcional, cujos temas abordam traição, sedução, crimes passionais, etc.

A visão da mulher fogosa e insaciável está presente na maior parte dos relatos que tratam de assuntos sobre a relação homem-mulher, apresentando-se, com frequência a idéia de que as mulheres devem ser saciadas, sob pena de buscar “lá fora” o que não têm em casa. Em um dos programas é relatado um assalto ocorrido em uma farmácia, em que o assaltante surpreende, já que não está interessado em dinheiro, mas em um medicamento para a impotência masculina. Soluçando, ele diz para o balconista:

- Eu tenho 49 anos, mas o bimbo não funciona mais, a caçulíngua não funciona mais. Eu nunca mais vi o meu passarinho voar (...) é uma lapa de minboca, meu filho(...) mas não funciona(...) a minha mulher tá dizendo que vai passar um chifre neu(...) ela quer toda noite e eu não consigo. Eu estou desesperado(...) minha muié disse que se eu não desse jeito o chifre ia cumê de esmola!

Apesar de o homem aparecer nas narrativas, como o mais ativo sexualmente (é ele quem na maioria dos relatos seduz, assedia sexualmente, convida para fazer sexo...é ele quem “come”, quem “fatura”, quem “papa”, etc.) nessas falas, o sexo, no homem, aparece muito mais como um instrumento para a satisfação da mulher do que para saciar o seu desejo de prazer. O pênis transforma-se numa máquina que tem que funcionar para evitar a traição feminina – que arruinaria com o homem, já que o “corno” é execrado de forma contundente.

Segundo Badinter (1986), a obsessão dos homens com respeito ao adultério feminino está relacionada à concepção de que as mulheres teriam uma sensualidade

desenfreada, impossível de ser satisfeita por um só homem. Essa concepção, como vimos, liga-se à visão misógina da mulher, que se origina no discurso filosófico da Grécia Antiga e ganha relevo durante a Idade Média no do discurso religioso. A Igreja Católica associava as mulheres à serpente e a satã, considerando-as lúbricas, escorregadias, curiosas, indiscretas e impertinentes. A origem da “má natureza feminina” era explicada por sua sexualidade que, sendo “insaciável”, acabava com o homem. Considerava-se que a cópula provocava um efeito oposto em cada um dos sexos, desabrochando a mulher e enfraquecendo o homem (BADINTER, 1986). A angústia vivenciada pelo homem, em sua relação com a sexualidade feminina estaria, assim, relacionada ao medo de ser esvaziado, aniquilado pela mulher. De acordo com Badinter, a assimilação do genital feminino a uma “vagina ventosa” serve para simbolizar o medo que o sexo feminino suscita nos homens. A vagina, segundo a autora, tem sido representada nos mitos alternadamente como “uma força devoradora, devastadora, insaciável, uma ‘caverna com dentes’ que causa pesadelos...” Nos programas analisados, muitos dos termos utilizados para designar os órgãos genitais femininos transmitem a idéia de que o genital feminino é grande e engole. Usam-se palavras e expressões como: bocão, boca em pé, lascadão, oceano, “um pebioba maior do que o mundo, meu filho!”.

A essa questão soma-se uma outra: como a virilidade está associada à potência sexual, o homem que não satisfaz sexualmente a mulher, não só corre o risco de perdê-la para outro homem como também se vê reduzido em sua masculinidade.

Referindo-se às representações sobre as sexualidades no Brasil, Parker (1991) afirma que é na construção do gênero que a ideologia patriarcal exerceu maior poder, influenciando as interpretações de masculinidade e de feminilidade e a compreensão das relações entre homens e mulheres na vida social contemporânea.

O legado patriarcal, segundo o autor, propiciou a construção de um modelo de sexualidade masculina “bem delineada e unificada” numa visão de poder, ação e virilidade que pode ser caracterizada pela figura do “patriarca”. Já a sexualidade feminina apresenta-se de forma ambivalente, em termos de poder, sendo as mulheres vistas como ameaçadoras, perigosas e desejáveis, e, ao mesmo tempo, como fundamentalmente inferiores (Idem, p.82). A partir dessa polarização, elabora-se para a mulher uma caracterização mais diversificada, “encadeando, mas ao mesmo tempo diferenciando, visões da esposa e mãe legítimas, de um lado, das imagens de concubina, de outro.” (Ibidem, p.62). Esse modelo ideológico, segundo o autor, continua exercendo profunda influência sobre as maneiras pelas quais as mulheres brasileiras têm sido conceituadas e classificadas.

Quanto às narrativas radiofônicas, podemos dizer que também operam de forma ambígua e contraditória, podendo tanto minimizar a importância do modelo burguês de feminilidade, conferindo às mulheres uma parcela maior de poder na relação, como transformá-las em seres levianos e insaciáveis. Ao apresentar os homens como vítimas do desejo feminino, banalizam a violência de gênero, ignorando uma força que é efetiva e que representa um perigo real para a vida de muitas mulheres.

Considerações finais

Nas últimas décadas, os estudos culturais têm se interessado pelas formas de representação e seus significados no âmbito da comunicação midiática. Tais estudos afirmam o papel central das representações no processo de constituição das subjetividades e apresentam preocupações com relação à reprodução e manutenção de estereótipos que possam contribuir para justificar e reforçar desigualdades sociais. O que fundamenta essas preocupações é a idéia compartilhada de que as representações trazem implicações concretas para a vida dos sujeitos guiando a ação, suscitando conflitos, entre outros.

Gostaria de enfatizar, neste trabalho, a postura que compreende a relação entre os meios de comunicação e as audiências como um processo complexo no qual estas últimas não devem ser concebidas simplesmente como entidades passivas e dependentes dos significados produzidos pelos meios de comunicação. Tampouco deve se atribuir a elas completa autonomia, ainda que tenham um papel ativo no processo de significação. Se no âmbito da produção, diversos fatores intervêm na criação de representações, como, por exemplo, os discursos sociais, as codificações de gênero, as expectativas da audiência, além da produção inconsciente, a memória e a fantasia, da mesma forma, no âmbito das audiências, a percepção não se dá de forma direta como supõe o sentido comum, já que os signos são produzidos dentro de um processo de enunciação e de interpelação que exige a projeção de elementos que fazem parte das vivências sociais (de classe, gênero, etnia, geração etc.) e das experiências subjetivas,

incluindo recordações, expectativas, dor, desejo etc (LAURETIS, 1984). (precisa ser reescrito, período muito longo e confuso).

Concluindo, podemos dizer que não devemos menosprezar a função socializadora do rádio, reconhecendo que as mensagens radiofônicas podem reforçar estereótipos sobre gênero e sexualidade. Mas, mesmo que prevaleçam determinados sistemas simbólicos, o processo de comunicação não deve ser compreendido como simples reproduzidor da dominação simbólica, pois o campo da comunicação midiática é também um campo da luta social, onde se dá o confronto entre distintos posicionamentos socioideológicos (STAM, 1993, p.157-167). Nesse palco permeado pela heteroglossia, é possível ouvir outras “vozes” e os programas analisados parecem valorizá-las, fazendo descortinar o universo das classes populares, com seu modo de proceder e de representar, recuperando uma memória gestual e narrativa que costuma ser desqualificada e ocultada por uma racionalidade hoje dominante no Ocidente.

Referências bibliográficas

BADINTER, Elizabeth. Um é o outro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Brasília: UNB, 1996.

JAGOE, Catherine et alli. La mujer em los discursos de género – textos y contextos en el siglo XIX. Barcelona: Icaria, 1998.

LAQUEUR, Thomas. La construcción del sexo – cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Valencia (ES): Cátedra, 1994.

LAURETIS, Teresa de. Alicia ya no – feminismo, semiótica, cine. Madrid: Cátedra, 1992.

LEAL, Ondina Fachel. "Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas". In: ___ (org.) Corpo e significado – ensaios de antropologia social. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1995, p. 13-35.

NATANSOHN, L. Graciela. "Medicina, gênero e mídia: o programa Mulher da TV Globo". In: Estudos Feministas, v. 8, n. 1, Florianópolis: CFH/UFSC, 2000.

PARKER, Richard G. Corpos, prazeres e paixões – a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best-Seller, 1991.

REYERO, Carlos. Aparência e identidade masculina – desde la ilustración al decadentismo. Madrid: Cátedra, 1996.

STAM, Robert. "Mikhail Bakhtin e a crítica cultural de esquerda". In: KAPLAN, E. Ann (org.). O mal-estar no pós-modernismo – teorias, práticas. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Maria Inês Detsi de Andrade Santos - É doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e professora titular de comunicação no Centro de Ciências Humanas da Universidade de Fortaleza. Autora de Gênero e Comunicação – o masculino e o feminino em programas populares de rádio (São Paulo, Annablume, fevereiro de 2004).